

**Relatório da Administração**

**Senhores Acionistas:** Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submetemos a vossa apreciação os Balanços Patrimoniais, as Demonstrações do Resultado, das Mutações do Patrimônio Líquido e dos Fluxos de Caixa, para os semestres findos em 30 de junho de 2018 e 2017, acompanhados das Notas Explicativas, do Resumo do Relatório do Comitê de Auditoria e do Relatório dos Auditores Independentes.

**Balanço Patrimonial**

30 de junho de 2018 e 2017 (Em milhares de reais)

	Notas	2018	2017		Notas	2018	2017
<b>Ativo</b>				<b>Passivo</b>			
Circulante		24.110.886	9.583.800	Circulante		22.448.312	8.294.237
Disponibilidades	3b	48.855	42.785	Depósitos		259.511	594.291
Aplicações interfinanceiras de liquidez		4.739.235	2.324.230	Depósitos à vista	11	8.884	8.428
Aplicações em depósito aberto	4a	3.949.525	2.324.230	Depósitos a prazo	11	250.627	585.863
Aplicações em depósitos interfinanceiros	4b	20.558	-	Recursos de aceites e emissão de títulos		484.951	474.318
Aplicações em moeda estrangeira		769.152	-	Recursos de letras de crédito agrícola	12	237.880	452.464
Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos		1.537.273	430.430	Obrigação por emissão de letras financeiras	12	247.071	21.854
Carteira própria	5a	195.099	243.174	Recursos interfinanceiros		-	3.115
Vinculados à prestação de garantias	5a	-	48.856	Recebimentos e pagamentos a liquidar		-	10
Vinculados ao Banco Central do Brasil	5a	769.810	-	Recebimentos interdependências		12.946	6.873
Instrumentos financeiros derivativos	5b	572.364	138.400	Recursos em trânsito de terceiros		12.946	6.873
Relações interfinanceiras		197	229	Obrigações por empréstimos		5.444.770	1.533.630
Pagamentos e recebimentos a liquidar		-	-	Empréstimos no exterior	13a	5.096.980	1.374.359
Depósitos no Banco Central		192	223	Obrigações por repasse do exterior	13b	347.390	159.271
Relações com correspondentes		-	5	Instrumentos financeiros derivativos		507.485	236.844
Operações de crédito	6	649.602	648.874	Instrumentos financeiros derivativos	5b	507.485	236.844
Operações de crédito - Setor privado		210.250	166.234	Outras obrigações		15.739.049	5.436.851
Financiamento		439.352	23.547	Cobrança e arrecadação de tributos e assemelhados		2.955	144
Financiamento à exportação		17.133.863	459.093	Carteira de câmbio	7a	15.680.041	5.402.902
Outros créditos		96.764	6.146.488	Sociais e estatutárias	14a	-	1.238
Avais e fianças honradas		7a	17.008.442	Fiscais e previdenciárias	14b	21.463	8.655
Carteira de câmbio		256	588	Negociação e intermediação de valores	5b	11.706	3.315
Rendas a receber	5b	16.201	2.591	Exigível a longo prazo	14c	22.884	20.597
Negociação e intermediação de valores		8	79.935	Depósitos		30.877	-
Diversos	6	(67.793)	(223)	Depósitos a prazo	11	30.877	-
(-) Provisão para outros créditos de liquidação duvidosa		1.861	772	Recursos de aceites e emissão de títulos		50.724	239.519
Outros valores e bens		1.861	772	Obrigação por emissão de letras financeiras	12	50.724	239.519
Despesas antecipadas		162.820	321.172	Obrigações por empréstimos	13b	-	297.684
Realizável a longo prazo		57.017	67.158	Instrumentos financeiros derivativos		114.257	45.721
Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos	5b	57.017	67.158	Instrumentos financeiros derivativos	5b	114.257	45.721
Instrumentos financeiros derivativos		-	-	Outras obrigações		68.332	242.644
Operações de crédito	6	-	39.863	Carteira de câmbio	7a	45.928	169.064
Operações de crédito - Setor privado		105.803	214.151	Fiscais e previdenciárias	14b	10.693	11.420
Carteira de câmbio		7a	47.875	Diversas	14c	11.711	62.160
Diversos	8	57.928	46.232	Resultados de exercícios futuros		585	754
Permanente		21.189	21.175	Patrimônio líquido		1.581.828	827.008
Investimentos		18.210	18.436	Capital	15	1.452.865	684.495
Participações em coligadas e controladas		18.210	18.309	De domiciliados no exterior		1.452.865	684.495
No país	9	18.210	18.309	Reservas de lucros		144.950	142.492
Outros investimentos		127	127	Prejuízo acumulado	15b	(15.985)	-
Imobilizado de uso		2.852	2.739	Ajuste de avaliação patrimonial	15c	(2)	-
Imobilizações de uso		7.309	6.410	Total do passivo		24.294.895	9.936.147
(-) Depreciações acumuladas		(4.457)	(9.671)				
Total do ativo		24.294.895	9.936.147				

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

**Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido**

Semestres findos em 30 de junho de 2018 e 2017 (Em milhares de reais)

	Notas	Capital social	Reserva legal	Reserva estatutária	Ajuste de avaliação patrimonial	Lucros (Prejuízos) acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2016		684.495	18.105	114.226	47	-	816.873
Ajuste de avaliação patrimonial		-	-	-	(26)	-	-
Lucro líquido do semestre		-	-	-	-	10.161	10.161
Constituição de reservas		-	508	9.653	-	-	-
Saldos em 30 de junho de 2017		684.495	18.613	123.879	21	-	827.008
Saldos em 31 de dezembro de 2017		684.495	18.736	126.214	-	-	829.445
Aumento de capital	15	768.370	-	-	-	768.370	1.536.740
Ajuste de avaliação patrimonial	15c	-	-	-	(2)	-	-
Prejuízo do semestre		-	-	-	-	(15.985)	(15.985)
Saldos em 30 de junho de 2018		1.452.865	18.736	126.214	(2)	(15.985)	1.581.828

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

**Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras**

30 de junho de 2018 e 2017 (Em milhares de reais)

**1. Contexto operacional**  
O Banco Crédit Agricole Brasil S.A., é um banco múltiplo, autorizado a operar nas carteiras comercial, de investimento, de crédito, financiamento e investimento e em operações de câmbio, subsidiária direta do Crédit Agricole Corporate and Investment Bank - France (75,5%) e do Crédit Agricole Corporate and Investment Bank Global Banking (24,5%), com sede na França.  
As operações são conduzidas no contexto de um conjunto de instituições que atuam integralmente no mercado financeiro nacional e internacional. Certas operações têm a participação ou a intermediação de instituições ligadas ao Grupo Crédit Agricole. Os benefícios dos serviços prestados entre essas instituições e os custos da estrutura operacional e administrativa são absorvidos, segundo a praticabilidade e a razoabilidade de lhes serem atribuídos em conjunto ou individualmente.

**2. Elaboração e apresentação das demonstrações financeiras**  
As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, associadas às normas e instruções do Conselho Monetário Nacional (CMN) e do Banco Central do Brasil (BACEN), no que forem aplicáveis.  
Em decorrência ao processo de convergência com as normas internacionais de contabilidade ("IFRS"), o Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC emitiu pronunciamentos relacionados ao processo de convergência contábil internacional, aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM, porém nem todos homologados pelo BACEN. Dessa forma, o Banco, na elaboração das informações financeiras, adotou os seguintes pronunciamentos já homologados pelo BACEN:  
a) CPC 00 - Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação de Relatório Contábil-Financeiro - homologado pela Resolução BACEN 4.144/12;  
b) CPC 01 - Redução ao Valor Recuperável de Ativos - homologado pela Resolução BACEN nº 3.566/08;  
c) CPC 02 - Efeitos das mudanças nas taxas de câmbio e conversão de demonstrações financeiras - homologado pela Resolução BACEN nº 4.524/16;  
d) CPC 03 - Demonstração dos Fluxos de Caixa - homologado pela Resolução BACEN nº 3.604/08;  
e) CPC 04 - Ativo Intangível - homologado pela Resolução BACEN nº 4.534/16;  
f) CPC 05 - Divulgação sobre Partes Relacionadas - homologado pela Resolução BACEN nº 3.750/09;  
g) CPC 10 - Pagamento baseado em ações - homologado pela Resolução BACEN nº 3.989/11;  
h) CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro - homologado pela Resolução BACEN nº 4.007/11;  
i) CPC 24 - Eventos Subsequentes - homologado pela Resolução BACEN nº 3.973/11;  
j) CPC 25 - Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes homologado pela Resolução BACEN nº 3.823/09;  
k) CPC 27 - Ativo Imobilizado - homologado pela Resolução BACEN nº 4.535/16;  
l) CPC 33 (R1) - Benefícios a Empregados homologado pela Resolução BACEN nº 4.424/15; e  
m) Pronunciamento Conceitual Básico (R1) - Estrutura conceitual para elaboração e divulgação de relatório contábil-financeiro homologado pela Resolução BACEN nº 4.144/12.  
Atualmente não é possível estimar quando o BACEN irá aprovar os demais pronunciamentos contábeis emitidos pelo CPC e se a utilização dos mesmos será de maneira prospectiva ou retrospectiva.  
As normas e interpretações emitidas, mas ainda não adotadas até a data de emissão das demonstrações financeiras do Banco estão abaixo apresentadas. O Banco adotará essas normas, se aplicável, quando forem homologadas pelo BACEN.

a) IFRS 9 - Instrumentos Financeiros - Em julho de 2014, o IASB emitiu a versão final da IFRS 9 - Instrumentos Financeiros, que substitui as IAS 39 - Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração e todas as versões anteriores da IFRS 9. A IFRS 9 reúne todos os três aspectos da contabilização de instrumentos financeiros do projeto: classificação e mensuração, perda por redução ao valor recuperável e contabilização de hedge. No Brasil, o BACEN está trabalhando na adaptação destas regras, cuja aplicabilidade está prevista para 2020.  
b) IFRS 15 - Receitas de Contratos com Clientes - A IFRS 15, emitida em maio de 2014, estabelece um novo modelo rotativo de cinco passos que será aplicado às receitas originadas de contratos com clientes. Segundo a IFRS 15, as receitas são reconhecidas em valor que reflete a contraprestação à qual uma entidade espera ter direito em troca da transferência de bens ou serviços a um cliente. A nova norma para receitas substituirá todas as atuais exigências para reconhecimento de receitas segundo as IFRS. Adoção retrospectiva integral ou adoção retrospectiva modificada é exigida para períodos anuais iniciados a partir de 1º de janeiro de 2018, sendo permitida adoção antecipada.  
As estimativas contábeis são determinadas pela administração, considerando fatores e premissas estabelecidas com base em julgamento. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem as provisões para ajuste dos ativos ao valor provável de realização ou recuperação, as provisões para perdas, as provisões para contingências, marcação a mercado de instrumentos financeiros, os impostos diferidos, entre outros. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes em razão de imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A administração revisa as estimativas e premissas pelo menos semestralmente.  
As demonstrações financeiras foram aprovadas pela Administração em 28 de agosto de 2018.

**3. Sumário das principais práticas contábeis**  
a) **Apluriação do resultado**  
As receitas e despesas são apropriadas pelo regime de competência, observando-se o critério *pro rata* dia para de natureza financeira.  
As receitas e despesas de natureza financeira são calculadas com base no método exponencial, exceto aquelas relativas a títulos descontados ou relacionados com operações com o exterior, as quais são calculadas com base no método linear.  
As operações com taxas prefixadas são registradas pelo valor de resgate e as receitas e despesas correspondentes ao período futuro são registradas em conta redutora dos respectivos ativos e passivos. As operações com taxas pós-fixadas ou indexadas a moedas estrangeiras são atualizadas até a data do balanço.  
b) **Caixa e equivalentes de caixa**  
Caixa e equivalentes de caixa são representados por disponibilidades em moeda nacional e moeda estrangeira e, quando aplicável, operações que são utilizadas pela instituição para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo - com prazo igual ou inferior a 90 dias entre a data de aquisição e a data de vencimento. O caixa e equivalentes de caixa do Banco são representados por saldos em poder de bancos e aplicações.  
Em 30 de junho de 2018 e 2017, o caixa e equivalentes de caixa estavam assim compostos:

	2018	2017
Caixa e saldos em bancos - Moeda Nacional	18	74
Caixa e saldos em bancos - Moeda estrangeira	48.837	42.711
Aplicações financeiras - Moeda Nacional	3.949.525	2.324.230
Aplicações financeiras - Moeda estrangeira	769.152	-
<b>Caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>4.767.532</b>	<b>2.367.015</b>

c) **Aplicações interfinanceiras de liquidez**  
São registradas ao custo de aquisição, acrescidas dos rendimentos auferidos até a data do balanço, deduzidas de provisão para desvalorização, quando aplicável.  
d) **Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos**  
De acordo com o estabelecido pela Circular nº 3.068 de 8 de novembro de 2001, do Banco Central do Brasil, os títulos e valores mobiliários integrantes da carteira são classificados em três categorias distintas, conforme a intenção da administração, quais sejam:

- Títulos para negociação;
- Títulos disponíveis para venda; e
- Títulos mantidos até o vencimento.

Os títulos para negociação são apresentados no ativo circulante, independentemente dos respectivos vencimentos. Compreende os títulos adquiridos com o propósito de serem vendidos e frequentemente negociados. São avaliados pelo valor de mercado, sendo o resultado da valorização ou desvalorização computado ao resultado.

Os títulos disponíveis para a venda representam os títulos que não foram adquiridos para frequente negociação. São utilizados, dentre outros fins, para reserva de liquidez, garantias e proteção contra riscos. Os rendimentos auferidos segundo as taxas de aquisição, bem como as possíveis perdas permanentes são computados ao resultado. Estes títulos são avaliados a mercado, sendo o resultado da valorização ou desvalorização contabilizado em contrapartida à conta destacada do patrimônio líquido (deduzidos dos efeitos tributários), o qual será transferido para o resultado no momento da sua realização.

Os títulos mantidos até o vencimento referem-se aos títulos adquiridos para os quais o Banco tem a intenção e capacidade financeira de mantê-los em carteira até o vencimento. São avaliados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos. Caso apresentem perdas permanentes, estas são imediatamente computadas no resultado.

Os instrumentos financeiros compostos por operações de futuros, operações a termo e operações de swap são contabilizados de acordo com os seguintes critérios:

- Operações de futuros - o valor dos ajustes diários são contabilizados em conta de ativo ou passivo e apropriados diariamente como receita ou despesa;
- Operações a termo - pelo valor final do contrato deduzido da diferença entre esse valor e o preço à vista do bem ou direito, reconhecendo as receitas e despesas em razão da flutuação dos contratos até a data do balanço;
- Operações de swap - o diferencial a receber ou a pagar é contabilizado em conta de ativo ou passivo, respectivamente, apropriados como receita ou despesa *pro rata* até a data do balanço.

As operações com instrumentos financeiros derivativos são avaliadas, na data do balanço, a valor de mercado, contabilizando a valorização ou a desvalorização conforme segue:

- Instrumentos financeiros derivativos não considerados como *hedge* - em conta de receita ou despesa, no resultado do período;
- Instrumentos financeiros considerados como *hedge* - são classificados como *hedge* de risco de mercado ou *hedge* de fluxo de caixa.

Os instrumentos financeiros derivativos destinados a *hedge* e os respectivos itens objeto de *hedge* devem ser ajustados ao valor de mercado, no mínimo, por ocasião dos balancetes mensais e balanços. Os *hedges* de risco de mercado são destinados a compensar os riscos decorrentes da exposição à variação no valor de mercado do item objeto de *hedge*. Sua valorização ou desvalorização deve ser registrada à adequada conta de receita ou despesa, no resultado do período.

Os *hedges* de fluxo de caixa são destinados a compensar a variação no fluxo de caixa futuro estimado. A valorização ou desvalorização da parcela efetiva deve ser registrada em contrapartida a conta destacada do patrimônio líquido, deduzidos dos efeitos tributários. A parcela não efetiva do *hedge*, quando aplicável, é reconhecida diretamente ao resultado do período.

(ii) Inclui rendimentos  
(iii) Refere-se a 105.376 (87.919 em 2017) cotas seniores emitidas pelo Ito Fundo de Investimento em Cotas de Fundos de Investimento em Direitos Creditórios, no valor de R\$ 178.409 (R\$ 138.215 em 2017).

**Demonstração do Resultado**

Semestres findos em 30 de junho de 2018 e 2017  
(Em milhares de reais, exceto lucro líquido/prejuízo por ação)

	Notas	2018	2017
Recargas de intermediação financeira		649.356	217.171
Operações de crédito		70.753	29.912
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários	4 e 5a	108.738	155.976
Resultado com instrumentos financeiros derivativos	5b	110.492	(82.876)
Resultado de operações com câmbio	7	359.373	114.159
Despesas de intermediação financeira		(724.188)	(172.997)
Operações de captações no mercado aberto		(24.250)	(70.053)
Operações de empréstimos, cessões e repasses	13	(632.204)	(81.309)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	6	(67.374)	(21.625)
Resultado bruto de intermediação financeira		(74.832)	44.174
Outras receitas (despesas) operacionais		45.913	(22.051)
Recargas de prestação de serviços	16	16.112	13.815
Despesas de pessoal	20	(38.996)	(26.114)
Outras despesas administrativas	19	(16.064)	(14.675)
Despesas tributárias	21	(6.325)	(4.416)
Resultado de participações em coligadas e controladas	9	149	(43)
Outras receitas operacionais	17	95.196	12.050
Outras despesas operacionais	18	(4.159)	(2.668)
Resultado operacional		(28.919)	22.223
Resultado não operacional		-	-
Resultado antes da tributação sobre o lucro e participações		(28.919)	22.223
Imposto de renda e contribuição social	23	12.933	(10.661)
Provisão para imposto de renda		-	(7.367)
Resultado para contribuição social		-	(5.907)
Alíquota fiscal diferida		12.933	2.613
Participações dos empregados nos lucros		-	(1.201)
Lucro líquido (prejuízo) do semestre		(15.985)	10.161
Lucro líquido (prejuízo) por ação - R\$		(0,000898)	0,001100

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

**Demonstração dos Fluxos de Caixa - Método Indireto**

Semestres findos em 30 de junho de 2018 e 2017  
(Em milhares de reais)

	2018	2017
(Prejuízo) Lucro líquido do semestre	(15.985)	10.161
Ajustes para reconciliar o lucro líquido ao caixa líquido		
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(8.713)	21.625
Participações nos lucros	(1.059)	1.301
Reversão de participações nos lucros e gratificações	(9.746)	(8.654)
Provisões para IR e CS diferidos	(12.933)	(2.613)
Reversão de provisão indutível	(35)	(1.285)
Provisão indutível	-	4.346
Provisão para contingências fiscais e trabalhistas	1.851	1.966
Reversão de provisões para contingências fiscais e trabalhistas	-	(330)
Atualização monetária de contingências	74	118
MTM Títulos disponíveis para venda	-	(26)
Marcação a mercado de TVM e derivativos	(20.360)	(9.551)
Depreciação e amortização	376	422
Resultado de participações	(149)	43
Lucro ajustado do semestre	66.679	17.523
Variação de ativos e passivos		
(Aumento) Redução em aplicações interfinanceiras de liquidez	(10.550)	40.490
(Aumento) Redução em TVM e instrumentos financeiros derivativos (ativos/passivos)	(640.273)	720.594
(Aumento) em relações interfinanceiras (ativos/passivos)	(7)	(37)
(Aumento) em operações de créditos	(84.558)	(263.260)
(Aumento) em outros créditos	(9.900.210)	(454.105)

continuação

**Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras**  
30 de junho de 2018 e 2017 (Em milhares de reais)

	2018		2017	
	Valor nominal dos contratos	Valor contábil	Valor nominal dos contratos	Valor contábil
Contratos de futuros (i)				
Ajuste diários - posição comprada	6.971.905	16.201	6.109.146	1.848
D11	3.786.078	476	2.743.159	217
USD	366.150	671	1.198.590	1.192
DDI	2.819.677	15.057	2.167.367	439
Ajuste diários - posição vendida	3.421.692	(11.706)	3.435.661	(2.572)
D11	1.884.066	(417)	957.903	(688)
USD	681.692	(7.207)	2.477.758	(4)
DDI	855.934	(4.082)	2.477.758	(1.880)

(i) Os ajustes diários, de contratos futuros, a receber no valor de R\$ 16.201 (R\$ 2.181 em 2017) e a pagar no valor de R\$ 11.706 (R\$ 2.905 em 2017), encontram-se registrados na rubrica de Negociação e Intermediação de Valores.

As operações são custodiadas na B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão ou na CETIP S.A. - Balcão Organizado de Ativos e Derivativos.

A determinação dos valores de mercado de tais instrumentos financeiros derivativos é baseada nas cotações divulgadas pelas bolsas especializadas, e em alguns casos, quando da inexistência de liquidez ou mesmo de cotações, são utilizadas estimativas de valores presentes e outras técnicas de precificação.

Foram adotadas as seguintes bases para determinação dos preços de mercado:

- Futuros e termos: cotações de mercado divulgadas pelas Bolsas;
- Swaps: o fluxo de caixa de cada uma de suas partes foi descontado a valor presente, conforme as correspondentes curvas de juros, obtidas com base nas taxas de juros da B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão.

As operações são custodiadas na B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão ou na CETIP S.A. - Balcão Organizado de Ativos e Derivativos.

A determinação dos valores de mercado de tais instrumentos financeiros derivativos é baseada nas cotações divulgadas pelas bolsas especializadas, e em alguns casos, quando da inexistência de liquidez ou mesmo de cotações, são utilizadas estimativas de valores presentes e outras técnicas de precificação.

Foram adotadas as seguintes bases para determinação dos preços de mercado:

- Futuros e termos: cotações de mercado divulgadas pelas Bolsas;
- Swaps: o fluxo de caixa de cada uma de suas partes foi descontado a valor presente, conforme as correspondentes curvas de juros, obtidas com base nas taxas de juros da B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão.

As operações são custodiadas na B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão ou na CETIP S.A. - Balcão Organizado de Ativos e Derivativos.

A determinação dos valores de mercado de tais instrumentos financeiros derivativos é baseada nas cotações divulgadas pelas bolsas especializadas, e em alguns casos, quando da inexistência de liquidez ou mesmo de cotações, são utilizadas estimativas de valores presentes e outras técnicas de precificação.

Foram adotadas as seguintes bases para determinação dos preços de mercado:

- Futuros e termos: cotações de mercado divulgadas pelas Bolsas;
- Swaps: o fluxo de caixa de cada uma de suas partes foi descontado a valor presente, conforme as correspondentes curvas de juros, obtidas com base nas taxas de juros da B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão.

	2018		2017	
	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos
Compensação				
Contratos de swap s/garantia	(438.760)	(2.017.856)	3.665.127	-
Contratos de termo	5.698.558	4.680.286	571.838	-
Contratos de opção	148.635	169.352	55.202	-
Contratos de futuros	2.376.199	5.277.092	2.737.228	2.270
Total	8.662.152	12.145.396	7.029.395	2.270

Patrimonial - mercado

**Contratos de swap**

Diferencial a receber

Diferencial a pagar

	2018	2017
Diferencial a receber	2.210	12.658
Diferencial a pagar	(49.567)	(117.710)
Total	(47.357)	(105.052)

**Contratos de termo**

Diferencial a receber

Diferencial a pagar

	2018	2017
Diferencial a receber	258.447	288.399
Diferencial a pagar	(212.232)	(100.290)
Total	46.215	188.109

**Contratos de opção**

Premio a exercer

Premio lançadas

	2018	2017
Premio a exercer	1.087	4.588
Premio lançadas	(689)	(844)
Total	398	3.744

**Contratos de futuros**

Diferencial a receber

Diferencial a pagar

	2018	2017
Diferencial a receber	1.255	7.498
Diferencial a pagar	(6.385)	(9.967)
Total	(5.130)	(3.531)

**Total**

	2018	2017
Até 3 meses		
De 3 a 12 meses		
De 1 a 3 anos		
De 3 a 5 anos		
Total		

Compensação

Contratos de swap s/garantia

Contratos de termo

Contratos de opção

Contratos de futuros

	2018	2017
Compensação		
Contratos de swap s/garantia	682.668	1.229.068
Contratos de termo	2.343.242	3.044.375
Contratos de opção	147.676	19.770
Contratos de futuros	4.770.554	3.195.289
Total	7.944.140	7.488.502

Patrimonial - mercado

**Contratos de swap**

Diferencial a receber

Diferencial a pagar

	2018	2017
Diferencial a receber	445	81.768
Diferencial a pagar	(1.201)	(6.101)
Total	(756)	75.667

**Contratos de termo**

Diferencial a receber

Diferencial a pagar

	2018	2017
Diferencial a receber	27.576	27.981
Diferencial a pagar	(107.531)	(121.858)
Total	(79.955)	(93.877)

**Contratos de opção**

Premio a exercer

Premio lançadas

	2018	2017
Premio a exercer	321	309
Premio lançadas	(48)	(105)
Total	273	204

**Contratos de futuros**

Diferencial a receber

Diferencial a pagar

	2018	2017
Diferencial a receber	1.212	873
Diferencial a pagar	(1.777)	(210)
Total	(565)	663

**Total**

	2018	2017
Até 3 meses		
De 3 a 12 meses		
De 1 a 3 anos		
De 3 a 5 anos		
Total		

Nos semestres findos em 30 de junho de 2018 e 2017, o resultado de operações com instrumentos financeiros derivativos foi de:

	2018	2017
Futuros	214.587	(72.368)
Swap	(315.910)	58.490
Termo	206.951	(68.726)
Opções	4.864	(272)
Total	110.492	(82.876)

**6. Operações de crédito**

Em 30 de junho de 2018 e 2017, as operações de crédito estão compostas como segue:

	2018	2017
Empréstimos	210.250	206.097
Financiamentos	-	23.547
Financiamentos à exportação	439.352	459.093
Rendas a receber sobre adiantamentos concedidos (nota 7)	9.992	10.290
Adiantamentos sobre contratos de câmbio (nota 7)	1.038.370	646.103
Franças Honoradas	96.764	-
Total	1.794.728	1.345.130

Circulante

Realizável a longo prazo

a) Por setor de atividade

	2018	2017
Rural	66.955	20.534
Indústria	433.638	381.153
Comércio	1.126.788	853.318
Serviços	166.005	88.609
Pessoas físicas	1.342	1.516
Total	1.794.728	1.345.130

b) Por faixa de vencimento

	2018	2017
Até 3 meses	518.362	539.771
De 3 meses a 1 ano	974.257	467.812
De 1 ano a 3 anos	205.345	337.547
Vencido	96.764	-
Total	1.794.728	1.345.130

c) Concentração dos principais devedores

	2018	2017
10 maiores devedores (i)	1.354.466	75,47%
50 seguintes maiores devedores	440.262	24,53%
Total	1.794.728	100,00%

(i) O valor total referente ao principal devedor está mitigado de acordo com as disposições da Resolução 2.921 do BACEN pelo valor de R\$ 388.172 (R\$ 236.904 em 2017), não comprometendo assim o percentual de exposição 25% do PR.

d) Composição da carteira por nível de risco

	2018	2017
Nível	A vencer	Vencida
AA	1.697.964	1.601.201
A	-	96.764
G	-	96.764
Total	1.697.964	1.794.728

e) Movimentação da provisão para devedores duvidosos

	2018	2017
Saldo no início do semestre		
Constituições	(67.734)	(67.734)
Reversões	77.064	77.064
Saldo no final do semestre	9.330	9.330

**7. Carteira de câmbio**

a) Carteira de câmbio

Em 30 de junho de 2018 e 2017, as operações de câmbio estão compostas como segue:

	2018	2017
Ativo		
Direitos sobre vendas de câmbio	6.130.232	2.447.695
Câmbio comprado à liquidação	10.919.774	3.828.379
(-) Adiantamento em moeda nacional	(346)	(3.927)
(-) Adiantamento em moeda estrangeira	(3.335)	-
Rendas a receber s/adiantamentos de contratos de câmbio (Nota 6)	9.992	10.290
Total	17.056.317	6.282.437

Circulante

Exigível Longo Prazo

Passivo

Câmbio vendido a liquidar

Obrigações por compras de câmbio

(-) Adiantamentos sobre contratos de câmbio (Nota 6)

	2018	2017
Circulante	17.056.317	6.282.437
Exigível Longo Prazo	17.056.317	6.282.437
Total	34.112.634	12.564.874

Passivo

Câmbio vendido a liquidar

Obrigações por compras de câmbio

(-) Adiantamentos sobre contratos de câmbio (Nota 6)

	2018	2017
Passivo		
Câmbio vendido a liquidar	386.291	257.239
Obrigações por compras de câmbio	(386.291)	(257.239)
Total	-	-

**Resultado operações vinculadas**

Recursos

Resultado líquido

c) Resultado das demais operações de câmbio não vinculadas

	2018	2017
Recursos	1.881	918
Despesas	(1.456)	(721)
Resultado líquido	425	146

**Resultado das demais operações de câmbio não vinculadas**

Resultado líquido

	2018	2017
Resultado líquido	358.948	114.013

**8. Outros créditos - diversos**

	2018	2017
Circulante		
Impostos e contribuições a compensar (iii)	6.726	5.824
Créditos tributários (Nota 23b)	65.450	17.365
Adiantamentos e antecipações salariais	2.050	1.842
Valores a receber de sociedades ligadas (Nota 10a)	5.485	3.601
Outros	224	374
Total	79.935	29.006

b) Operações vinculadas

O Banco possui operações vinculadas que foram realizadas de acordo com as regras preestabelecidas pela Resolução 2.921/02, não havendo nenhuma operação inadimplente ou com algum questionamento judicial sobre tais operações.

Os saldos patrimoniais e de resultado em 30 de junho de 2018 e 2017 estão representados da seguinte forma:

	2018	2017
Ativo		
Câmbio comprado a liquidar	386.291	257.239
Passivo		
Obrigações por compras de câmbio	(386.291)	(257.239)
Total	-	-

**Resultado operações vinculadas**

Recursos

Resultado líquido

c) Resultado das demais operações de câmbio não vinculadas

	2018	2017
Recursos	1.881	918
Despesas	(1.456)	(721)
Resultado líquido	425	146

**Resultado das demais operações de câmbio não vinculadas**

Resultado líquido

	2018	2017
Resultado líquido	358.948	114.013

**9. Investimentos em controladas e coligadas**

	2018	2017
CA Indosuez Wealth (Brazil) S.A. DTVM (i)	262.671	-
Crédit Agricole Corporate Finance Brasil - Consultoria Financeira Ltda. (ii)	-	23.750
Total	262.671	23.750

Capital social em 30 de junho de 2018

Ações/quotas possuídas (quantidades)

Patrimônio líquido em 30 de junho de 2018

Lucro (Prejuízo) líquido 1º semestre de 2018

Participação em 30 de junho de 2018

Resultado de equivalência

Valor do investimento baseado na equivalência em 30 de junho de 2018

	2018	2017
Capital social em 30 de junho de 2018	232.823	-
Ações/quotas possuídas (quantidades)	17.423	-
Patrimônio líquido em 30 de junho de 2017	(7.103)	-
Prejuízo líquido 1º semestre de 2017	0,000002%	-
Participação em 30 de junho de 2017	-	-
Resultado de equivalência	-	-
Valor do investimento baseado na equivalência em 30 de junho de 2017	-	-

(i) Coligada.

(ii) Controlada.

**10. Transações com partes relacionadas**

a) Empresas controladas e ligadas

Nos semestres findos em 30 de junho de 2018 e 2017, os saldos das transações entre partes relacionadas, são os seguintes:

	2018	2017
Disponibilidades		
Crédit Agricole CIB - Paris	41.351	666
Valores a receber sociedades ligadas (Nota 8)	5.485	4.246
CA Corporate Finance Brasil	-	31
Crédit Agricole CIB - New York	-	6
CA Indosuez Wealth (Brazil) S/A DTVM	1.452	169
Crédit Agricole CIB - Paris	4.023	4.006
Crédit Agricole CIB - London	-	-
Crédit Agricole CIB - Tokyo	8	13
Crédit Agricole CIB - Suisse	-	62
Outros créditos	5.846.453	535.284
Crédit Agricole CIB - London	5.287.565	4

continuação

**Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras**

30 de junho de 2018 e 2017 (Em milhares de reais)

A movimentação da provisão para devedores duvidosos está demonstrada abaixo:

	2018	2017
Saldo no início do período	81.608	-
Constituições	615	56.220
Reversões (i)	(77.064)	-
Saldo no final do período	5.159	56.220

(i) Vide nota 6d.

**25. Gerenciamento de Riscos**

Em consonância com as melhores práticas do Grupo Crédit Agricole S.A., o Conglomerado Prudencial Crédit Agricole Brasil possui estrutura de **Gerenciamento Integrado de Riscos e Capital** em conformidade com a Resolução 4.557 do CMN, de forma a mensurar, avaliar, reportar, monitorar e mitigar os efeitos adversos resultantes da interação entre os diversos riscos ao qual o Conglomerado está exposto. Todas as políticas com a descrição das estruturas de Gerenciamento de Riscos e Capital encontram-se disponíveis no site [www.ca-cb.com.br](http://www.ca-cb.com.br), nos termos da Resolução nº 4.595 e da Circular nº 3.678.

Para atender a estrutura de gerenciamento integrado de riscos, a Diretoria nomeou diretor responsável para gerenciamento de Riscos (CRO), diretor responsável para o gerenciamento do Capital e definiu limites para o Apetite de Risco (RAS) coerentes com o Plano Estratégico e testes de estresse integrados para assegurar a adequação de capital da instituição.

A estrutura de Gerenciamento Integrado de Riscos e Capital auxilia a Diretoria por meio de informações tempestivas e suficientes, monitorando o capital mantido pela instituição face aos limites regulatórios e planejamento estratégico no horizonte de três anos, adequando prospectivamente o apetite de Risco e Capital necessários para suportar possíveis alterações dos cenários de mercado.

O Comitê de Riscos, acompanha, discute e avalia as estratégias do Gerenciamento Integrado de Riscos e Capital, o Apetite de Risco e respectivos limites, os resultados dos testes de estresses e seus impactos sobre o Plano de Capital.

A governança corporativa está presente na Instituição, de modo que cada um dos colaboradores contribui efetivamente para o Gerenciamento Integrado de Riscos e Capital, de acordo com regras e responsabilidades estabelecidas. O Conglomerado Prudencial Crédit Agricole é classificado como segmento S3 de acordo com a Resolução 4.553 do CMN.

As políticas e estratégias para o Gerenciamento Integrado de Riscos e Capital são revisadas no mínimo anualmente pela Diretoria.

**Risco de Capital**  
O gerenciamento de capital compreende:  
a) Plano de capital com base nos objetivos estratégicos para os próximos três anos  
b) Plano de Contingência de Capital  
c) Política de Gerenciamento de Capital  
d) Monitoramento e controle de capital face aos limites regulatórios  
e) Teste de estresse e avaliação dos seus impactos sobre o capital  
f) Comitê de Ativos e Passivos (ALCO)

A estrutura de gerenciamento de capital auxilia a administração fornecendo prospectivamente uma visão do capital necessário para suportar possíveis alterações dos cenários de mercado, utilizando simulações que levam em conta tais mudanças assim como os objetivos estratégicos traçados pela instituição. As políticas e estratégias para o gerenciamento de capital são revisadas no mínimo anualmente pela administração.

O Índice da Basileia para 29 de Junho de 2018, é de 11,02% (15,13% em 2017) e o quadro abaixo demonstra a apuração do Patrimônio de Referência Exigido - PRE:

	2018	2017
RWA para risco de crédito	400.062	407.258
RWA para exposição cambial	13.196	2.757
RWA para risco de taxas de juros	169.719	68.931
RWA para risco operacional	31.736	28.533
Patrimônio de referência para o RWA	614.713	507.479
Patrimônio de referência	285.332	827.944
Margem de patrimônio (*)	170.619	320.465

(\*) A margem de patrimônio não considera o aumento de capital de R\$ 768.370 homologado pelo Banco Central em 6 de Julho de 2018.

**Risco de Crédito**  
O Risco de Crédito é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes do cliente não ter capacidade para cumprir os compromissos financeiros assumidos com o Banco, incluindo:  
a) a liquidação de empréstimos concedidos,  
b) a liquidação de eventuais desembolsos concedidos pelo Banco a terceiros para honrar avais, fianças e garantias em nome do cliente;  
c) a liquidação de obrigações de instrumentos financeiros derivativos.

O Banco possui políticas de avaliação e gerenciamento contínuo de risco de crédito, em conformidade com as normas instruídas pelo grupo Crédit Agricole e com a regulamentação vigente do Banco Central do Brasil, com foco em manter a qualidade da carteira de crédito do Banco em nível compatível com o apetite de risco considerado aceitável pela alta administração.

O Banco possui Área de Risco de Crédito independente e segregada da área de Gerenciamento de Clientes, e com estrutura compatível com a natureza das operações e a complexidade dos produtos oferecidos aos clientes, a qual contempla:

- a) Processo decisório fundamentado através de Comitês de Crédito, baseando-se em opinião independente da área de Risco de Crédito;
  - b) Modelos, ferramentas e sistemas próprios de identificação, mensuração, avaliação e classificação do risco de crédito por qualidade da contraparte ("rating");
  - c) Ferramentas e sistemas próprios de liberação e controle de limites de crédito;
  - d) Gerenciamento Contínuo do Risco de Crédito, através de monitoramento permanente de clientes e de relatórios periódicos da performance da carteira do Banco, incluindo testes de estresse apresentados para a alta administração.
- As políticas observam riscos relativos a concentração (grupos econômicos, setores econômicos, etc), prazos, moedas, além de dimensionamento de limites de crédito compatíveis com a capacidade financeira dos clientes e exigência de garantias, de forma a não comprometer a qualidade esperada da carteira.

**Risco de Mercado**  
As perdas potenciais advindas de variações em preços de ativos financeiros, taxas de juros, moedas e índices são monitoradas diariamente em relação aos limites operacionais atribuídos para a sensibilidade aos fatores de risco, Valor em Risco (VaR) e testes de estresse. Adicionalmente, são realizadas simulações e projeções de fluxos futuros para avaliação da mudança relativa à exposição ao risco.

A metodologia adotada para o cálculo do Valor em Risco utiliza simulação histórica, considerando 261 dias de dados de retornos dos fatores de risco e grau de confiança de 99%, com um dia de holding period. O teste de estresse é efetuado levando-se em consideração as variações severas de mercado. O teste de aderência (back-testing) do modelo de Valor em Risco é efetuado através da comparação aos resultados efetivamente auferidos.

Os limites aprovados pelo Comitê de Risco de Mercado são revisados, no mínimo, anualmente.

**Fatores de risco de mercado**

Os principais fatores de risco de mercado presentes no balanço são: taxa de juros prefixada, taxa de juros vinculada aos índices SELIC e DI, exposição à variação cambial de moedas, libor, euribor e cupom cambial. O cálculo do valor de mercado segue critérios estritos de independência da área de Market Risk com relação a coleta de preços referenciados de mercado e construção da estrutura a termo das diversas taxas de juros. De modo genérico, o valor de mercado é a melhor estimativa do valor presente de um fluxo de caixa. Uma vez possuindo os fluxos de caixa de toda a instituição e os vários preços/estruturas de taxa de juros, efetua-se o cálculo do valor de mercado.

**Risco de Liquidez**

Risco de liquidez é relacionado ao descasamento da estrutura de ativos e passivos com relação aos fluxos efetivos das liquidações. O controle de risco de liquidez é efetuado por meio da análise estática da estrutura de descasamentos do Banco, especialmente no curto prazo. São efetuadas simulações desta estrutura com estimativas de cenários para renovação das carteiras. Em paralelo, são analisados mensalmente, indicadores de liquidez oriundos dos saldos de contas do balanço. Por último são também efetuadas análises de cenários de estresse voltados especificamente para liquidez.

**Risco Operacional**

O risco operacional é definido como a possibilidade de perdas resultantes de falha humana, inadequação ou deficiência de processos internos, sistemas, ou ainda, decorrentes de eventos externos, incluindo a perda associada a lacunas em contratos, bem como sanções em razão de descumprimento de dispositivos legais e indenizações por danos a terceiros decorrentes das atividades desenvolvidas.

O Grupo Crédit Agricole implementou um componente organizacional dedicado a avaliação, consolidação, mitigação e reporte dos riscos operacionais, que são identificados principalmente através do exercício anual de mapeamento de riscos com a participação de todas as áreas de serviços e negócios.

Até 2017, reuniões regulares, a alta administração do Banco Crédit Agricole Brasil e das outras entidades legais integrantes do Conglomerado Prudencial, discutem as conclusões do mapeamento de riscos, os resultados dos indicadores de riscos e de performance, perdas operacionais, incidentes e anomalias significativas do período, além de monitorar a implementação dos planos de ações existentes ou aprovar novas medidas corretivas a serem adotadas.

**Risco Socioambiental**

Nosso comprometimento com a responsabilidade socioambiental estabelece uma estrutura para identificação, classificação e mitigação de riscos para que todos os colaboradores do Banco atuem de acordo com as melhores práticas definidas pela Matriz do Grupo Crédit Agricole e com a regulamentação nacional vigente.

A Política de Responsabilidade Socioambiental estabelece diretrizes para o desenvolvimento sustentável como base para o gerenciamento de risco reputacional do Banco, relacionado diretamente aos impactos sociais e ambientais que possam resultar de empréstimos e financiamentos concedidos pelo Banco a seus clientes. Cada operação é analisada sob a ótica socioambiental pela área de negócios, Risco de Crédito, Compliance, Desenvolvimento Sustentável na Matriz, e pelo Comitê de Avaliação de Operações que apresentam Risco Socioambiental.

O Risco Socioambiental é monitorado regularmente como parte do processo de revisão anual dos clientes, direcionando as particularidades de clientes que não estão em conformidade com suas políticas socioambientais (informações retiradas através de relatórios quando existentes).

**26. Eventos subsequentes**

Em 06 de Junho de 2018 o Banco Central do Brasil homologou o aumento de capital descrito na nota 15.



José Luiz Gonzaga - CRC 1SP 132371/O-5

A Diretoria

**Resumo do Relatório do Comitê de Auditoria**

Os membros do Comitê de Auditoria do Conglomerado Crédit Agricole, instituído por dispositivo estatutário, em conformidade com a Resolução 3.198 de 27 de Maio de 2004 do CMN, tem na designação de suas atividades, a supervisão e avaliação do desempenho da auditoria interna e controles internos, do desempenho e independência dos Auditores Independentes, além da análise e aprovação das demonstrações financeiras do Conglomerado, incluindo suas notas explicativas. O Comitê de Auditoria pode verificar que os trabalhos desenvolvidos pelas auditorias Interna e Independente, possuem transparência e qualidade, constatarem a exatidão de todos os elementos apreciados e que as demonstrações financeiras relativas aos semestres findos em 30 de Junho de 2018 e 2017 refletem, adequadamente, a situação patrimonial, a posição financeira e as atividades desenvolvidas no período, onde não foram identificados descumprimentos das práticas contábeis adotadas no Brasil.

O Comitê reuniu-se 3 vezes em 2018 para (i) aprovação das Demonstrações Financeiras desta entidade e Conglomerado para Dezembro 2017 e Junho 2018; (ii) aprovação do regulamento e plano anual de Auditoria Interna conforme requerido pela Resolução CMN nº 4.588; (iii) e ciência dos principais assuntos Auditoria, Contabilidade e Impostos pelo Auditor Independente, referentes ao 2º semestre de 2017. O Comitê também avaliou os relatórios de Ouvidoria referentes ao 2º semestre de 2017 e 1º semestre de 2018. Tomou posse o Sr. Christophe Clevenot como membro do comitê conforme AGE de 19 de Janeiro de 2018 e, apresentou renúncia na mesma data, a Sra. Giliane Coeudery.

São Paulo, 28 de agosto de 2018  
Comitê de Auditoria

**Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Financeiras**

Aos Srs.

Administradores e acionistas do  
**Banco Crédit Agricole Brasil S.A.**  
São Paulo - SP

**Opinião**

Examinamos as demonstrações financeiras do Banco Crédit Agricole Brasil S.A. ("Banco"), que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2018 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Banco Crédit Agricole Brasil S.A. em 30 de junho de 2018, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - BACEN.

**Base para opinião**

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação ao Banco, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

**Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor**

A administração do Banco é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta

estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

**Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras**

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - BACEN e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de o Banco continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar o Banco ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança do Banco são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

**Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis**

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para

fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do Banco.

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do Banco. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o Banco a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 31 de agosto de 2018



**ERNST & YOUNG**  
Auditores Independentes S.S.  
CRC-2SP034519/O-6  
Emerson Morelli  
Contador - CRC - 1SP249401/O-4

**PUBLICANDO SEUS ATOS SOCIETÁRIOS NO ESTADÃO, SUA EMPRESA GANHA MUITO MAIS QUE VISIBILIDADE.**

**BUSINESS**

MELHOR PREÇO | LIDERANÇA | CREDIBILIDAD

GESTÃO | EMPOWERMENT | CORPORATE

VISIBILIDADE | TARGET | RANSPARÊNCIA

CORPORATE | CREDIBILIDADE



**O ESTADÃO AMPLIA SUA ENTREGA.**

O Estadão fornece uma Análise Financeira completa aos seus clientes e utiliza mais de 20 indicadores para entregar um comparativo real da sua empresa em relação ao segmento de atuação.



**MAIS DE 1,8 MILHÃO LEITORES no Estadão<sup>1</sup> • 5X MAIS AUDIÊNCIA comparada ao concorrente<sup>1</sup> • 14 VEZES ELEITO o jornal mais admirado<sup>2</sup>**

**O MELHOR CONTEÚDO de Economia e Negócios**

**Agência Estado / Broadcast, premiada entre OS MAIS ADMIRADOS DA IMPRENSA DE ECONOMIA, NEGÓCIOS E FINANÇAS – 2017<sup>3</sup>, reforça seu compromisso da notícia em TEMPO REAL. Esse canal também poderá ser utilizado para divulgação de atos societários.**

**QUER RESULTADOS? ESTADÃO broadcast<sup>+</sup>**

**CONSULTE NOSSA EQUIPE COMERCIAL: 3856-2080**

Fontes: 1 - Ipsos Connect: EGM Multimídia – julho/16 a junho/17 – Gde. SP – Filtro: AS 10+anos (18.264.400) leitores 7 dias – impresso + digital - Estadão (1.887.800) e concorrente (342.400). | 2 - Pesquisa realizada pelo Grupo Troiano de Branding com exclusividade para a publicação Meio & Mensagem. | 3 - Prêmio "Os mais admirados da Imprensa de Economia, Negócios e Finanças 2017", realizado por Jornalistas & Cia e Maxpress.